

Marxismo, Anticolonialismo e Nacionalismo: Amílcar Cabral, A Imaginação 'A Partir de Baixo'

José Neves

Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa/ ISCTE (Lisboa). Doutorando em História da Cultura no Período Contemporâneo no ISCTE. Realiza doutoramento sobre o tema Comunismo e Nacionalismo no Século XX.

Resumo: No contexto das relações entre marxismo, anticolonialismo e nacionalismo, procura-se perceber a riqueza do pensamento e do percurso de Amílcar Cabral. Nomeadamente, procura-se compreender a relação fundamental que se estabelece entre a produção de conhecimento da realidade e a estratégia política de acção, situando o caso de Cabral nas tendências históricas dessa relação e concluindo daí a sua originalidade, manifesta no que de comum tem a sua atitude política e a sua colocação analítica: a 'contemplação' e a 'experiência' enquanto práticas 'a partir de baixo'.

|

No início da década de 40, Francisco José Tenreiro escreveu *Ilha de Nome Santo*, um dos dez livros de poesia que compõem a série *Novo Cancioneiro* do neo-realismo português (corrente que, grosso modo, podemos ler como “designação portuguesa” do realismo socialista). Nesse livro, Tenreiro anuncia entusiasticamente «*a África que está chegando!*»¹. As imagens trabalhadas pela sua poesia revelam então o forte desejo anticolonialista que se manifesta na crescente expectativa em relação à “chegada” de África. E, todavia, não parece pairar sobre Tenreiro o espectro de um qualquer nacionalismo: o seu evidente africanismo não mostra grande compatibilidade com as expressões nacionalistas que na década de 40, num quadro de reformulação da ordem internacional, manifestam sua presença um pouco por todo o mundo. Em Tenreiro, o anticolonialismo não encontra o seu modo de expressão preferencial no nacionalismo. O

¹ Francisco José Tenreiro citado em Álvaro Cunhal, *A Arte, o Artista e a Sociedade*, Lisboa, Caminho, 1996, p.100.

mesmo, aliás, parece suceder nos projectos iniciais do Centro de Estudos Africanos, iniciativa então dinamizada em Portugal e que teve como principais activistas vários dos futuros líderes dos diferentes movimentos nacionalistas africanos, incluindo Amílcar Cabral.

É apenas no decorrer da década de 50 e no início da década de 60 que os movimentos e os projectos anticolonialistas do Império Português se estruturam nacionalmente. Nacionalismo e anticolonialismo, nas partes de África dominadas por Portugal, começam então a se articular num processo de mútua identificação que acabará por ter o seu momento último já em meados da década de 70, no término da Guerra Colonial, quando parte dos quadros dirigentes dos movimentos de independência se transformam nos homens que compõem a elite governativa dos novos Estados independentes. Esta transição de uma esfera política do movimentismo para a esfera política da soberania constitui um momento único no processo de construção dos nacionalismos africanos. E, em certa medida, daí revela um momento central no processo de fragilização dos africanismos – encontrando-se com uma retórica nacionalista a partir dos anos 50, estes diluir-se-ão tendencialmente no seio daquela².

É através do caso particular de Amílcar Cabral que procuramos perceber historicamente estas transformações que marcam as tradições marxistas e as culturas políticas comunistas no século XX. Tratamos portanto de perceber o jogo de cumplicidade e de crítica entre as ideias comunistas e as imagens nacionalistas em contexto colonial. Sendo que, no caso de Cabral, esse jogo fica limitado à sua primeira parte, pois a transição fundamental da esfera política do movimentismo para a esfera política da soberania – transição experimentada no referido quadro de formação dos novos Estados independentes – não foi vivenciada por Amílcar Cabral, entretanto assassinado em condições incompletamente esclarecidas.

Apesar dessa precoce morte, Amílcar Cabral permanece hoje ainda como uma figura singular no contexto das grandes figuras anticolonialistas. E singular não apenas no plano estrito da “África portuguesa” mas singular também num contexto global – o

² Giuliano Procacci, *La Memoria Controversa – Revisionismi, Nazionalismi e Fondamentalismi nei Manuali di Storia*, Cagliari; António Costa Pinto, *O Fim do Império Português*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001. Mário Pinto de Andrade, *Origens do Nacionalismo Africano*, Lisboa, Dom Quixote, 1997.

que aliás se reconhece pelo lugar ocupado pelo pensamento de Cabral a nível dos estudos sobre a relação entre marxismo e nacionalismo em geral³.

II

Nascido a 12 de Setembro de 1924 em Bafatá, no território da actual Guiné, filho de uma família oriunda no arquipélago de Cabo Verde, Amílcar Cabral fará um percurso à época comum ao de muitos outros: filho da emigração cabo-verdiana, Cabral partirá ainda jovem da Guiné, em direcção a Cabo-Verde, acompanhando o regresso da família. Mais tarde beneficiará de uma bolsa de estudo que o leva até Lisboa, estávamos então no ano de 1945 e, como refere Alfredo Margarido, Cabral inicia agora a descoberta de África⁴. Em Lisboa, frequenta o Instituto Superior de Agronomia e participa no Centro de Estudos Africanos. Terminados os estudos, vai trabalhar como investigador na Estação Agronómica de Lisboa até que, no início da década de 50, é contratado pelo governo da Guiné para realizar um inquérito de recenseamento rural.

A realização deste inquérito é um dos momentos decisivos na história da militância de Cabral. O estudo de campo consagrado em *Recenseamento Agrícola da Guiné*, publicado em Bissau em 1956, estará na origem de vários textos de análise da realidade social da Guiné e, muito particularmente, num texto editado a partir de diferentes comunicações orais realizadas no seminário organizado pelo Centro Frantz Fanon de Milão, em Itália, em Maio de 1964⁵. Esse texto intitulado *Breve Análise da Estrutura Social da Guiné e de Cabo Verde*⁶ assume lugar fundamental na história do PAIGC e pode ser situado à luz de duas tendências gerais:

Por um lado, note-se a importância do conhecimento científico (aqui na dimensão lata de estudos agrários e sociais) no processo de criação das identidades anticoloniais, sejam elas de índole mais africanista, sejam elas de índole mais nacionalista. Podendo encontrar vários exemplos desta relação entre conhecimento

³ Destaca-se desde logo a clássica obra de Horace B. Davis: Horace B. Davis, *Toward a Marxist Theory of Nationalism*, London, Monthly Review Press, 1978.

⁴ Alguns dos factos aqui referidos, bem como uma influência interpretativa mais generalizada ao longo do texto, beneficiam do conhecimento e da leitura do Professor Alfredo Margarido.

⁵ Amílcar Cabral, *Recenseamento Agrícola da Guiné*, Bissau, 1956. Colectado em: AAVV, *Estudos Agrários de Amílcar Cabral*, Lisboa-Bissau, IICT/INEP, 1988.

⁶ O texto pode ser encontrado em Amílcar Cabral, *A Arma da Teoria*, edição do PAIGC, 1984.

científico e acção política, sublinhemos desde logo o caso da formação de uma posição anticolonialista no Partido Comunista Português, a qual teve como um pré-requisito de reformulação a encomenda de um estudo sobre o sistema colonial português ao historiador Armando Castro⁷. Este lugar central que a produção do conhecimento assume no processo de imaginação das comunidades tem sido estudado por vários autores a nível das identidades nacionais, destacando-se desde logo o trabalho de Benedict Anderson⁸. A materialidade desse conhecimento produzido – trabalho da imaginação e da representação – é conseguida na legitimação do discurso das elites que protagonizam os processos de invenção das tradições e de reificação da cultura⁹.

Por outro lado, e seguindo a historiografia dos movimentos comunistas, veja-se a afinidade que se estabelece – de forma mais ou menos idealista – entre determinados textos que procuram apreender a totalidade de um certo momento e determinados processos revolucionários. O exemplo quiçá mais citado de estabelecimento desta afinidade é o estudo de Lenine que dá origem ao livro *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. Aí, na medida em que se procura compreender a situação histórica, produz-se também um olhar que foca essa mesma situação histórica construindo-a como russa e como nacional. Num plano não nacional mas internacional poderíamos igualmente referir o “ensaio popular” de Lenine em torno do imperialismo, um texto representativo do real que constrói desde logo uma certa ideia de internacionalismo que em larga medida subsidiará politicamente as culturas políticas dos sistema-mundo marxista-leninistas. Em Portugal, note-se a relevância de *Rumo à Vitória*, texto da autoria de Álvaro Cunhal elaborado em inícios da década de 60¹⁰. Trata-se de um texto de (re)conhecimento do estado do país que se afirma como um livro-manifesto ao propor uma estratégia e um rumo político para o PCP e para o país (no contexto da morte de Álvaro Cunhal, em Junho de 2005, o livro é entendido por vários media como um esboço textual que profecia a Revolução de Abril de 1974). Ainda neste cumprimento de onda mencionemos o livro de Mao-Tsé-Tsung, A

⁷ Armando Castro, *O Sistema Colonial Português em África*, Lisboa, Caminho, 1980 [1958].

⁸ Benedict Anderson, *Imagined Communities – Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, London, Verso, 1998 [1983].

⁹ Destaquemos os seguintes trabalhos a este propósito: Eric Hobsbawm, *A Questão do Nacionalismo – nações e nacionalismo desde 1870*, Lisboa, Terramar, 1998; Orvar Lofgren, «The Nationalization of Culture», em *Ethnologia Europaea*, XIX, 1989; Anne-Marie Thiesse, *A Criação das Identidades Nacionais*, Lisboa, Temas e Debates, 2000.

¹⁰ Álvaro Cunhal, *Rumo à Vitória (As tarefas do Partido na Revolução Democrática e Nacional)*, Porto, Edições Opinião, 1974 [1964].

Revolução Chinesa e o Partido Comunista da China, datado de 1939, onde também se interpreta a nação chinesa rumo à revolução.

O acto do conhecimento estabelece nestes diferentes casos uma relação de afinidade quer com o processo de imaginação de comunidades e de construção de identidades, quer com os planos de acção dos movimentos políticos revolucionários.

É neste duplo quadro que podemos compreender o texto que resulta do inquérito rural realizado por Cabral. E, no entanto, algumas especificidades marcam a sua situação. Entre as muitas figuras nascidas depois da I Guerra Mundial que foram destacadas pela historiografia enquanto “grandes personalidades do Século XX”, Amílcar Cabral pertence ao grupo dos poucos a quem não é hoje fácil atribuir-se uma nacionalidade. O único poder soberano que lhe reconheceu nacionalidade foi o português – Cabral sempre a recusou. A sua participação no movimento anticolonialista, por sua vez, fica marcada pelo facto de ter fundado um partido que não se definia nacionalmente mas sim continentalmente – Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) – e que lutava não apenas pela independência de um território mas sim de dois.

Esta noção africanista que atravessa a militância de Cabral, sobrepondo a questão da unidade continental à representação nacional, articula-se com uma imaginação da sociedade que é construída a ‘partir de baixo’. O tempo do recenseamento agrícola e do inquérito rural é um tempo de aprendizagem, de conhecimento e de acção ‘a partir de baixo’. O tempo do inquérito é marcado por um exaustivo ‘trabalho de campo’. Para lá dos relatórios que resultam do inquérito, Cabral pratica uma ‘etnografia espontânea’ que se vai implicar em todos os seus escritos daí em diante, analisando a estrutura social da Guiné, a sua organização económica e social, os universos religiosos, as variedades étnicas e as hierarquias de poder. Esse seu conhecimento fica marcado pela diversidade que apreende – a sua imagem da Guiné é assim feita de várias imagens. As diversas formas de organização social e a desigualdade de poder que a atravessam internamente são observadas e identificadas. Uma vez respondido através da prática do inquérito, o olhar nacional que lhe é solicitado – ainda que o seja a partir do quadro ultramarino imperial da província – desloca-se de uma visão nacionalizadora, abrindo-se à diversidade social e étnica da realidade.

Este processo de conhecimento em que a cultura é considerada como *experiência* – e não cristalizada sob a forma de património nacional – dota-o de uma capacidade política singular e de uma praxis que será imprescindível, anos mais tarde, à construção de uma rede social de resistência que articulou o movimento guerrilheiro. A identidade política que se constrói é assim marcada por um conhecimento construído ‘a partir de baixo’, com recurso à metodologia do ‘trabalho de campo’ e seguindo uma ‘etnografia espontânea’ – trata-se, portanto, de um caminho romântico que leva Cabral de uma ‘antropologia oficiosa’ à aventura da guerrilha.

Situado por incumbência profissional no “olho da nação” mas recorrendo a práticas de inquérito que fazem prevalecer a diversidade onde se esperaria a representação da unidade, Cabral é dotado de um capital social e político que não resulta tão evidente em vários outros dos livros-manifesto que acima referimos. Enquanto que o estudo de Armando Castro sobre o sistema colonial português, encomendado pelo PCP, se situa claramente numa perspectiva histórica que identifica as contradições intra-nacionais abordando-as ‘a partir de cima’ – preferencialmente a partir dos dados estatísticos que quantificam as relações económicas e restringindo-se ao registo épico do conflito político-social –, o estudo de Cabral privilegia a percepção da continuidade societal quotidiana. É nesse sentido que são identificados os processos de generalização do dinheiro e de intensificação da urbanização – identificando estas alterações ‘a partir de baixo’, ele fixa-as na heterogeneidade que resulta da diversidade da sua experimentação.

Observa assim como as classes dirigentes nativas foram perdendo prestígio e poder à medida que crescia a influência externa. E observa como a população camponesa, ou pelo menos parte dela, foi migrando para as cidades onde emergem novas classes e novos grupos, tais como os trabalhadores assalariados, os funcionários do Estado, os comerciantes e as profissões liberais. Assistindo à reconfiguração dos estratos e das hierarquias sociais no campo – com o surgimento de uma classe de agricultores com pequenas propriedades –, Cabral vai estar particularmente atento à formação de um proletariado agrícola de assalariados. A primeira conclusão importante que Cabral retira do esboço que faz a partir do inquérito é que na Guiné, ao contrário do que acontecia na Europa ocidental ou inclusive em países africanos como o Egipto ou a África do Sul, a classe operária estava muito longe de ser a maioria da população.

O momento histórico que Cabral percebe é o das transformações que marcam a Guiné a partir de início dos anos 50. Interessa-nos aqui resumir três tópicos da sua ‘etnografia espontânea’ mais tarde feita ‘investigação aplicada’ à guerrilha e ao movimento social.

1. Modo de Produção. Começamos pelo traço teórico que permanece como o mais específico a Cabral. Constatando a inexistência de uma classe operária significativa, Cabral secundariza a importância do conceito de luta de classes, conceito que entende de escassa validade para compreender a história da Guiné e para, por si só, mobilizar energias revolucionárias. O que Cabral valoriza sim é o modo de produção.

A ideia eurocêntrica do ‘povo sem história’, cunhada pelo marxismo-leninismo quando possibilita que se equacione que um povo sem operariado é um povo sem história, é aqui desafiada. As inúmeras tensões que se desenvolvem em áreas da Guiné em inícios da década de 50 são notórias para Cabral. Ele apercebe-se das tensões e das disputas suscitadas por alterações paradigmáticas ao nível dos modos de produção, dando conta das ‘formas de resistência quotidianas’¹¹. É a partir dessas tensões e dessas resistências que ele investiga a possibilidade de construir um processo revolucionário e emancipatório.

2. Cultura. Ou o entendimento e o uso que Cabral faz do conceito de cultura: um entendimento integral que também marca, com especificidades, a vida e a obra de outros dirigentes não ocidentais do campo comunista, como Mao-Tsé-Tsung ou Fidel Castro. Em lugar da simples identificação da primazia económica na explicação da realidade, como sucedia em regra com o marxismo-leninismo, o conceito de cultura enquanto ‘experiência’ constela infra e superestrutura. Cabral afirma essa dimensão motriz da questão:

«se o domínio imperialista tem como necessidade vital praticar a opressão cultural, a libertação nacional é, necessariamente, um acto de cultura»¹².

Em Cabral, encontramos uma concepção da cultura que não é nacionalizada ou “popularizada” mas que atende ao plano social da ‘experiência’. Cabral clama assim «a

¹¹ Os trabalhos de E.P.Thompson e de James C. Scott, e o quadro conceptual desenvolvido por ambos, são particularmente adequados ao estudo do pensamento de Amílcar Cabral.

¹² Amílcar Cabral, *Nacionalismo e Cultura*, Galiza, 2000, p.7.

necessidade, para o movimento de libertação, de conceder uma importância primordial não só às características gerais da cultura da sociedade dominada, mas também às de cada categoria social»¹³. É uma concepção de cultura que não é socialmente determinada a partir do lugar ocupado no sistema de produção ou dos interesses económicos quantitativos mas que se aproxima da ideia de ‘economia moral’. Reclamando a necessidade de considerar a diversidade de experiências sociais, Cabral justifica-o dizendo que «é aí que a cultura atinge todo o seu significado para cada indivíduo: compreensão e integração no seu meio, identificação com os problemas fundamentais e as aspirações da sociedade, aceitação da possibilidade de modificação no sentido do progresso»¹⁴. É, sobretudo, uma concepção de cultura que não é reificada: «a identidade não é uma qualidade imutável, precisamente porque os dados biológicos e sociológicos que a definem estão em permanente evolução»¹⁵.

3. Campo. Para lá do inquérito rural referido, um outro acontecimento decisivo na vida de Cabral é a visita que realiza à China no início da década de 60. O conhecimento do movimento revolucionário chinês e concretamente a importância que nele têm os contextos rurais tem um importante significado na história do PAIGC. A ideia de atacar o sistema colonial a partir do interior, erguendo-se do campo e cercando a cidade, é então cada vez mais estabelecida. Embora não o sejam sem um debate interno suscitado pela consideração menos positiva que até então mereciam os camponeses, tidos como figuras historicamente reaccionárias, inertes e passivas.

Este movimento que o PAIGC realiza da cidade para o campo é importante a dois níveis. Por um lado, a comunicação com populações rurais cujos códigos políticos eram significativamente distintos dos militantes partidários apenas se poderia fazer a nível da resistência e da revolta manifestas no quadro da dominação económico-social. Isto é, a ideia de independência nacional não era um objectivo à luta dessas populações. Assim, a partida da cidade para o campo implicou uma maior filiação do movimento anticolonialista na resistência social. Por outro lado, a constituição de zonas libertadas do poder colonial, facilitando novas formas de organização económica e política, permitiu que o partido e a população valorizassem cada vez mais a organização

¹³ Idem, idem, p.141.

¹⁴ Idem, idem, p.10.

¹⁵ Idem, idem, p.133.

descentralizada da vida social e a criação de novas formas de exercício do poder – criaram-se milícias, armazéns do povo, tribunais populares, etc.. O partido da cidade tornou-se um partido do campo, o que terá mesmo levado a um enfraquecimento do trabalho clandestino na cidade. É assim que, em Setembro de 1973, pouco tempo depois do assassinio de Cabral, é proclamada a República da Guiné-Bissau, um Estado sem capital e um país sem cidades, uma vez que os centros urbanos – os mais importantes, pelo menos – permaneciam sob domínio português.

IV

Tanto no contexto dos pensadores marxistas em geral, como no quadro dos anticolonialistas que dirigem movimentos de libertação que combatem o Império Português, Amílcar Cabral é uma figura singular. O seu anticolonialismo não deixa de ter muitos pontos em comum com a generalidade dos nacionalismos anticoloniais africanos. Mas o movimentismo da sua história e da história do PAIGC expressaram-se de uma forma menos soberanista, menos estatal e menos nacionalista. Com a independência mais próxima, Cabral recusava a necessidade de um retorno à cidade. Insistia numa organização da vida política e económica mais centrada na dinâmica social dos camponeses e, equacionando a ecologia do território, postulava uma radical descentralização do poder:

«...a nova administração será totalmente desprovida daquelas cadeias de comando familiares na época colonial – governadores de província, etc. (...) Na realidade, somos contra a ideia de uma capital (...) Para que é que nos havemos de sobrecarregar com todo esse peso morto de palácios presidenciais, grande concentração de ministérios, tudo sinais evidentes de uma elite emergente que em breve se pode tornar um grupo privilegiado?»¹⁶.

Esta descentralização radical não deve, contudo, ser confundida com qualquer espécie de projecto de enfeudamento localista. Cabral, ao longo das suas reflexões, expôs regularmente uma preocupação com as limitações do estado-nação. O seu africanismo marcava aqui presença e as suas propostas visando a união de Cabo Verde e da Guiné compreendem-se à luz dessa preocupação, demonstrando uma grande inquietação com a questão da viabilidade de uma real independência em situação pós-colonial.

¹⁶ Basil Davidson, *A Libertação da Guiné*, Lisboa, 1975, p.168.

Assim, a ‘etnografia espontânea’ de Cabral não foi apenas o resultado de uma investigação. O conhecimento que então mobiliza, constituído ‘a partir de baixo’, no ‘trabalho de campo’ primeiro e na acção social da guerrilha posteriormente, foi uma atitude epistemológica afim ao seu projecto político, também ele marcado pelo desejo de um poder constituindo-se ‘a partir de baixo’. Conhecimento e política, no caso de Cabral como no caso dos outros autores referidos no início deste capítulo, encontravam-se positivamente. No caso de Cabral, diferentemente de muitos daqueles autores antes referidos, o percurso epistemológico e o percurso político enfraqueceram a dimensão nacionalista e a dimensão soberanista da sua acção política.

O caminho que a história da Guiné e de Cabo Verde tomaram depois da sua morte, com a transformação das elites movimentistas em elites estatais, é uma outra história que passa por um estudo que está por fazer em torno da invenção das nações que são estabelecidas na África colonizada por Portugal. Constatemos apenas que a aposta de Amílcar Cabral no suicídio da pequena-burguesia dirigente foi claramente perdida, ao ponto de ser legítimo duvidar da validade absoluta da análise proposta por Basil Davidson – autor de uma obra vasta e muito interessante sobre Amílcar Cabral e sobre os movimentos anticolonialistas africanos – no seu livro *O Fardo do Homem Negro*:

«O que acicatou os activistas nunca foi o espectáculo imaginado das belezas do estado-nação soberano, mas a promessa de que o surgimento do estado-nação acabaria por partir as correntes do domínio estrangeiro e tudo o que elas tinham representado em termos de privação social e moral»¹⁷.

Cabral mobilizou-se e mobilizou politicamente não apenas em torno de uma movimentação nacionalista anticolonial. E também não se mobilizou apenas em torno de uma causa anticolonialista. Será provavelmente por isso – pelo facto da sua mobilização se ter dirigido essencialmente às relações de poder onde quer que e sob que forma fosse que elas ocorressem – que a sua história constitui-se aparte no que toca à relação entre marxismo, anticolonialismo e nacionalismo.

Como afirmava Cabral em 1969:

«nunca mobilizámos pessoas na base da luta contra o colonialismo. Isso não dava nada. (...) Em vez disso, falámos uma linguagem directa e acessível a todos: Porque lutamos nós? Quem és tu? Quem é o teu pai? Que é que lhe aconteceu, ao teu pai, até agora? O que é que se passa? Qual é a

¹⁷ Basil Davidson, *O Fardo do Homem Negro*, Porto, Campo das Letras, 2000, p.163.

situação? Já pagaste os teus impostos? Quanto ganhas com a tua mancarra? Já pensaste o que lucras com a tua mancarra? E o trabalho que ela custou à tua família? Quem é que já esteve preso?»¹⁸.

¹⁸ Amílcar Cabral citado em AAVV, *Continuar Cabral – Simpósio Internacional Amílcar Cabral*, Lisboa, Estampa, p.314.